

A RAINHA GINGA E A VIRILIZAÇÃO DO GÊNERO FEMININO EM RELAÇÃO AO PODER

THE QUEEN GINGA AND THE VIRILIATION OF THE FEMALE GENDER IN
RELATION TO POWER

LA REINA GINGA Y LA VIRILIACIÓN DEL GÉNERO FEMENINO EN RELACIÓN CON
EL PODER

Elce Nunes Nogueira da Costa e Nogueira¹
Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra²
Eleno Marques de Araújo³

RESUMO: A rainha Ginga marcou a história da Angola do século XVII, especialmente por ser o principal símbolo de resistência contra o colonialismo português. Muitas histórias e lendas foram criadas a seu respeito, foi sem dúvida uma das maiores estrategistas de batalha da história e uma exímia negociadora. A rainha Ginga exalava poder e virilidade, independente de seu gênero e sendo uma mulher à frente de seu tempo. Njinga Mbandi, como também era conhecida, defendeu o seu país e os seus ideais até sua morte em 1663, quando possuía 82 anos. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar um breve relato a respeito da rainha ginga e da virilização do gênero feminino em relação ao poder durante o seu reinado, o qual influenciou nas lutas futuras do povo e da mulher negra. Para tanto, será realizada uma revisão da literatura, por meio de um levantamento em obras de literatura e história, bem como artigos científicos publicados na internet a respeito desta temática. Foi possível concluir que os reflexos dos atos da rainha Ginga ainda se encontram muito presente nos dias atuais, tanto na história de luta do povo negro, como na história e evolução dos direitos das mulheres, sendo que, as mulheres angolanas possuem nos dias atuais uma considerável independência social, elas estão presentes no governo, na polícia, no exército, nos setores públicos e privados da vida e da economia do país, sendo a rainha Ginga, um modelo de liderança, luta e força para as mulheres angolanas de todas as gerações.

1127

Palavras-chave: Empoderamento feminino. Gênero e poder. História e literatura. Jinga de Angola. José Eduardo Agualusa.

¹Mestranda em Estudos Literários PPGEL UNEMAT, Graduação em Letras, UNEMAT. Graduação em Direito Unifimes.

²Doutorando em Ciências da Educação, UNADES (PY), Mestre em Filosofia, UFPB.

³Doutorando em Ciências da Educação, UNADES (PY), Doutor em Ciências da Religião, PUC-GO.

ABSTRACT: Queen Ginga marked the history of Angola in the 17th century, especially as she was the main symbol of resistance against Portuguese colonialism. Many stories and legends were created about her, she was undoubtedly one of the greatest battle strategists in history and an excellent negotiator. Queen Ginga exuded power and virility, regardless of her gender and being a woman ahead of her time. Njinga Mbandi, as she was also known, defended her country and its ideals until her death in 1663, when she was 82 years old. In this sense, the aim of this article is to present a brief account of the queen ginga and the virilization of the female gender in relation to power during her reign, which influenced the future struggles of the people and black women. To this end, a literature review will be carried out, through a survey of works of literature and history, as well as scientific articles published on the internet on this subject. It was possible to conclude that the consequences of Queen Ginga's acts are still very present today, both in the history of the struggle of the black people, and in the history and evolution of women's rights, and Angolan women currently have a considerable social independence, they are present in the government, the police, the army, the public and private sectors of life and the country's economy, with Queen Ginga, a model of leadership, struggle and strength for Angolan women of all generations.

Keywords: Female empowerment. Gender and power. History and Literature. Jinga from Angola. Jose Eduardo Agualusa.

RESUMEN: La reina Ginga marcó la historia de Angola en el siglo XVII, especialmente por ser el principal símbolo de la resistencia contra el colonialismo portugués. Sobre ella se crearon muchas historias y leyendas, sin duda fue una de las más grandes estrategas de batalla de la historia y una excelente negociadora. La reina Ginga destilaba poder y virilidad, independientemente de su género y siendo una mujer adelantada a su tiempo. Njinga Mbandi, como también se la conocía, defendió a su país y sus ideales hasta su muerte en 1663, cuando tenía 82 años. En ese sentido, el objetivo de este artículo es presentar un breve relato de la reina ginga y la virilización del género femenino en relación al poder durante su reinado, que influyó en las luchas futuras del pueblo y de las mujeres negras. Para ello, se realizará una revisión bibliográfica, a través de un relevamiento de obras de literatura e historia, así como de artículos científicos publicados en internet sobre este tema. Fue posible concluir que las consecuencias de los actos de la Reina Ginga todavía están muy presentes hoy, tanto en la historia de la lucha del pueblo negro, como en la historia y evolución de los derechos de las mujeres, y las mujeres angoleñas actualmente tienen una considerable independencia social, están presentes en el gobierno, la policía, el ejército, los sectores público y privado de la vida y la economía del país, con la Reina Ginga, modelo de liderazgo, lucha y fortaleza para las mujeres angoleñas de todas las generaciones.

Palabras clave: Empoderamiento femenino. Género y poder. Historia y Literatura. Jinga de Angola. José Eduardo Agualusa.

1. INTRODUÇÃO

A rainha Ginga é historicamente reconhecida como a maior personalidade na resistência contra o Império Colonial Português, por meio de suas políticas de governo e estratégias de batalha. Sua principal estratégia foi reunir diferentes povos, de diversas regiões

(Ndongo, Matamba, Kongo e Bailundo), todos com interesses políticos, sociais e culturais diferentes, fortalecendo-os como um só povo, a fim de unificar as forças nacionais e combater os portugueses. Até hoje, Njinga Mbandi é considerada uma heroína nacional (SUNGO, 2016).

Os feitos da rainha Ginga são relatados tanto pela história, quanto por meio de obras literárias, como no romance do escritor José Eduardo Agualusa, “A Rainha Ginga – e de como os africanos inventaram o mundo”, cuja obra traz tanto a personalidade original da história de África e mundial, que, ao mesmo tempo em que se mostra arcaica, apresenta uma assombrosa modernidade, de modo que a rainha Ginga vem fascinando gerações, desde o Marquês de Sade, o qual enxergou nela um exemplo de “luxúria selvagem”, até os dias atuais em que é estudada e utilizada como símbolo pelas feministas afroamericanas. O romance de Agualusa mistura tanto personagens reais, quanto fictícios.

Destaca-se que, a literatura oportuniza um diálogo interartes, sendo capaz de fornecer subsídios para a compreensão da história e da sociedade de determinadas épocas. Candido (2000) defende que a literatura está diretamente ligada com os acontecimentos que marcam a dinâmica social atual, a qual relaciona de forma mais incisiva literatura e contexto social, sendo que a literatura insere-se no âmbito livre da ficção, transformando a matéria real em produto estético, elaborado e refinado pela poética particular de cada escritor.

Assim, a matéria levantada no âmbito da realidade é um veículo que conduz a uma realização ficcional de valor estético. Para Candido (2000) a análise crítica deve identificar quais são os elementos externos responsáveis pelo aspecto interno da obra e o seu significado. Desse modo, é possível criar um diálogo entre os estudos literários e os estudos históricos e sociais do povo de Angola.

Ressalta-se que Antônio Candido, em sua obra “Literatura e Sociedade”, estuda as relações entre a arte e o meio social. Em sua obra, o autor explica o sentido da crítica dialética, formada pelo texto e contexto, em que analisa como o elemento externo e social, ao lado do psicológico e do linguístico, de maneira dialética, juntam-se como uma forma artística, constituindo-se assim, as estruturas das obras (CANDIDO, 2000).

No Capítulo “Crítica e Sociologia”, Candido (2000) leciona que, ao interpretar uma obra, é necessário levar em conta tanto as circunstâncias históricas de sua composição, como as operações formais que a constituíram, para que seja possível compreender e descrever a sua integralidade. Desse modo, conforme a crítica dialética, os elementos sociais e externos

interessam como parte da estrutura literária, não se traduzindo como causa ou significado. Assim, inadmitindo visões dissociadas, sendo que a organicidade da obra literária necessita de uma “interpretação dialeticamente íntegra”, a qual seja capaz de fundir o texto e o contexto.

Nesse sentido, este estudo busca traçar um paralelo entre a história e a literatura, sendo o seu objetivo geral apresentar um breve relato a respeito da rainha Ginga e da virilização do gênero feminino em relação ao poder durante o seu reinado, o qual influenciou nas lutas futuras do povo e da mulher negra. Ao passo que os objetivos específicos são: apontar um breve relato sobre a história da rainha Ginga e os principais pontos trazidos por Agualusa em sua obra; e discutir a dinâmica entre gênero e a virilização do poder em a rainha ginga na história e na literatura.

2. METODOLOGIA

Este artigo consiste em uma revisão de literatura, que segundo Apollinário (2011), trata-se de um levantamento e análise criteriosa e sistemática dos resultados e conclusões de outras pesquisas acerca de determinado tema. Assim, os estudos de revisão de literatura (ou revisão bibliográfica, como também são conhecidos) organizam, comparam e resumem outras pesquisas e são extremamente úteis quando um pesquisador necessita realizar uma rápida avaliação de determinado campo de pesquisa com os seus principais autores (DA CRUZ, 2023).

Em relação aos métodos utilizados para a revisão de literatura, será utilizada uma pesquisa qualitativa exploratória (GUERRA, 2023). A pesquisa qualitativa, é uma modalidade de pesquisa em que os dados são coletados através de interações sociais (por exemplo, estudos) e analisados de forma subjetiva pelo pesquisador (APOLLINÁRIO, 2011).

Já a pesquisa exploratória, segundo Lozada e Nunes (2018) possui o intuito de conhecer profundamente o assunto em análise. Desse modo, o pesquisador estará preparado para construir hipóteses sobre o assunto, subindo o seu nível de compreensão acerca dele. Geralmente, as pesquisas exploratórias são a primeira etapa de uma pesquisa mais ampla. Pois quando o assunto abordado é bastante genérico, é preciso fazer maiores delimitações e outros tipos de procedimentos

Nesse sentido, este estudo delimitou o seu tema dentro da área de história e literatura, especialmente quanto à história da Rainha Ginga de Angola e a virilização do gênero

feminino em relação ao poder que ela representa. Assim, a fim de responder ao objeto de pesquisa, bem como aos objetivos propostos, será realizada uma revisão da literatura, por meio de uma pesquisa qualitativa exploratória, por meio de um levantamento em obras de literatura e história, bem como artigos científicos publicados na internet a respeito desta temática.

Ressalta-se que este estudo não tem por finalidade esgotar o tema, mas sim, apresentá-lo de maneira objetiva, acompanhado de uma perspectiva crítica acerca da literatura, da história e do contexto social estudado.

3. A RAINHA GINGA

Inicialmente, cabe ressaltar que a chegada dos colonizadores portugueses, no final do século XVI, ao Ndongo, foi um verdadeiro transtorno para o contexto local e para o povo negro. A partir desse período, as guerras de conquista, o tráfico de escravos e a emergência de novos mercados econômicos mudaram a paisagem política, cultural, econômica e social da região. Foi nesse contexto de repressão e de resistência que Njinga a Mbande, a rainha Ginga, se impôs na história de África como um exemplo notável de governação feminina (UNESCO, 2014).

Heywood (2019) aponta que a rainha Ginga governou o Ndongo, durante o século XVII, um reino da África Central que era localizado onde hoje é uma parte do norte de Angola, ela chegou ao poder devido à bravura militar, à manipulação habilidosa da religião, bem como à diplomacia bem-sucedida e à notável compreensão da política. No entanto, apesar de seus grandes feitos e de seu reinado que durou décadas, sendo comparado ao de Elizabeth I da Inglaterra, a rainha Ginga foi difamada pelos europeus, tanto os de sua época, quanto os escritores posteriores, os quais a acusaram de ser uma selvagem incivilizada, a qual encarnava o pior do gênero feminino.

Os europeus da época a retratavam como uma canibal sanguinária, apontando que ela não hesitava em assassinar bebês e matar com extrema crueldade e selvageria os seus inimigos. Ela também foi acusada de desafiar as normas do gênero, vestindo-se como homem, liderando exércitos, ostentando haréns tanto de homens, como de mulheres e rejeitando as “virtudes femininas” de criar e cuidar dos próprios filhos. Anos mais tarde, já nos séculos XVIII e XIX, escritores criavam relatos fictícios sobre Ginga, apontando-a como uma mulher degenerada, a qual era movida por desejos sexuais heterodoxos, que se

alegrava e satisfazia com rituais bárbaros (HEYWOOD, 2019).

Por muito tempo, a vida da rainha Ginga continuou a ser vista especialmente como uma curiosidade, no entanto, os registros históricos apontam informações diferentes, de que foi essa mesma “bárbara” que conquistou o reino de Matamba e passou a governá-lo em conjunto com o poderoso reino de Ndongo por três décadas; período em que ela desafiou treze governadores portugueses de Angola entre 1622 e 1663, mantendo o seu reino independente diante de diversos ataques implacáveis; bem como, ela fez importantes alianças políticas não só com diversas entidades políticas vizinhas, mas também com a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais. Essa mesma rainha Ginga, cuja diplomacia religiosa lhe garantiu a entrada em contato direto com o papa, o qual a aceitou como uma governante cristã, estabelecendo o cristianismo em seus reinos (HEYWOOD, 2019).

A rainha Ginga, relatada pelo escritor angolano José Eduardo Agualusa, em seu romance literário, traz elementos da realidade e da ficção, mas acima de tudo aponta que Ginga é uma personagem histórica que viveu no Século XVII, no contexto da África negra, atormentada pelo comércio de escravos. Ndongo e Matamba são governados por Ginga, que possui inteligência estratégica e enérgica disposição para a luta; por suas escolhas, comportamento e habilidades guerreiras, fez-se mais viril que os homens de seu exército.

1132

Ginga foi batizada pelos portugueses como Dona Ana de Souza, o que evidencia de maneira ardilosa suas artimanhas para o domínio do reino do Congo. Temida por seus súditos, não se deixava abater e utilizava muitos meios para se manter no poder. Trata-se de uma narrativa com elementos fortes, em que o escritor registra o drama do seu povo, em relação ao tráfico de escravos e de mulheres. Para isso, a narrativa envolve-se em guerras, assassinatos, vinganças e até mesmo matrimônios por interesse. Naturalmente marcada por um forte potencial simbólico, A Rainha Ginga se reatualiza através de fontes históricas de Angola, no romance contemporâneo de Agualusa.

Agualusa (2015) narra a história de Ginga, mulher, forte e decidida, que se casa várias vezes por puro interesse político, como forma de não ser destronada. Anterior a esses acontecimentos, Ginga, mata seu sobrinho e irmão para que tome frente ao trono, defendendo seu povo do domínio português. Vingar-se significa, portanto, antes de qualquer coisa, reestabelecer a autoconsideração, compensar a perda, recuperar a força e o poder, reconquistar o sentimento de ser capaz de atuar por si próprio e não ser um joguete.

Na obra de Agualusa (2015) a Rainha Ginga é apresentada ao leitor pelos olhos do

padre brasileiro Francisco José da Santa Cruz, pernambucano, exímio no desenho das palavras, que deixa a batina, envolvendo-se com mulheres e colocando sua fé em dúvida. Francisco mostra-nos uma personagem dominante e astuta que governou seu povo por 40 anos.

A resistência do Ndongo, encabeçada principalmente por Ginga, permitiu abrandar os projetos dos portugueses. Ela se apoiou não somente em sua arte da guerra e da guerrilha, e nas táticas de espionagem, apoiou-se também em suas competências de exímia negociadora. Ainda em 1622, quando foi enviada a Luanda, como embaixadora, pelo seu irmão Ngola Mbande, ginga conseguiu negociar a paz com o governador português. Após a morte de seu irmão, Ginga tomou o poder e se opôs como uma resistência muito feroz aos colonizadores portugueses, mantendo-se firme em sua posição de defesa, até sua morte em 1663 (UNESCO, 2014).

Apesar das inúmeras tentativas dos portugueses para a capturá-la, a rainha Ginga conseguiu frustrar todos os esforços, sendo que, somente após a sua morte é que a ocupação portuguesa se acentuou para o interior do continente, capturando mais de 7000 soldados do exército da rainha Ginga, os quais foram enviados para o Brasil, pelo tráfico negreiro (UNESCO, 2014).

Por muitas décadas, a rainha Ginga fez múltiplas alianças estratégicas com os reinos vizinhos, do Kongo, Kassanje, Kissama, negociando tanto com os Portugueses, como com Holandeses, tendo, nesse período, tomado sob a sua proteção todas as populações que se reuniram ao seu reino. Por vezes, Ginga impôs seu poder a populações inteiras; e pouco a pouco acabou se transformando numa potente figura política regional, considerada incontornável e muitas vezes temida, mas jamais submissa (UNESCO, 2014).

Kwononoka (2012) aponta que a rainha Ginga não acertou a perda do Ndongo, mesmo no período em que se refugiou no Matamba, ela assinava suas correspondências com o título “Njinga a Mbande Ngola”, que significa Rainha do Ndongo e do Matamba. Por considerar-se a rainha dos dois reinos, é conhecida também como “rainha dupla”.

No plano econômico, a partir de sua autorização do comércio de escravos entre o reino de Matamba e Luanda, a rainha Ginga possibilitou a circulação de inúmeros produtos entre as regiões, como animais domésticos, fibras têxteis, peixes, vinho de palma e óleo, contribuindo para a criação dos kitandas, que eram mercados populares, bem como importantes espaços sociais e econômicos, que possibilitavam que as mulheres tivessem um

papel preponderante (KWONONOKA, 2012).

4. GÊNERO E A VIRILIZAÇÃO DO PODER EM A RAINHA GINGA

Ao analisar a história da rainha Ginga, é possível observar que, se por um lado, existe uma visão colonial, por outro lado, existe uma visão oposta, a visão anticolonial ou nacionalista.

Lugarinho (2016) aponta que, após a Independência da Angola, a rainha Ginga foi consagrada heroína nacional e mãe da Nação angolana. O que pode ser verificado, por exemplo, a partir da leitura do poema “O içar da bandeira”. De Agostinho Neto (1985), liderança do MPLA e o primeiro presidente de Angola, no qual a rainha Ginga figura ao lado de Ngola Kiluanje como heróis da resistência à colonização portuguesa.

No entanto, segundo Lugarinho (2016), essa condição, a de mãe da Nação, esse reconhecimento, demandava a reconstituição, bem como a reconstrução e a anulação de todos os discursos que foram anteriormente disseminados em torno da Rainha. Ao se tornar uma heroína nacional, a rainha Ginga tem anuladas as narrativas que foram contraditórias a sua verdadeira história, sendo que a partir desse momento devia se concentrar nela e na sua narrativa a gênese da nacionalidade, que agora era homogênea e contínua.

Nessa visão, Silva e Maia (2020) apontam que, a personagem Ginga é “normalizada” a fim de que não surjam polêmicas a seu respeito, como a transgressão do gênero, as quais poderiam prejudicar a sua reputação de mãe e fundadora da nação. Nesse sentido, ao comparar as duas perspectivas (colonial e nacionalista), a questão do gênero coloca-se como um ponto sensível.

A esse respeito, Mendes (2002) traz a reflexão de algo que o autor denomina como “identidade narrativa”, segundo a qual as identidades não se tratam de algo homogêneo, único e estável, pelo contrário, vem sendo construída a partir de uma narrativa dos autores em suas diversas experiências, contrastando ainda com outros autores. Desse modo, pode-se pensar em como a rainha Ginga é retratada de diversas formas, sendo ainda contraposta com diferentes padrões tanto de gênero, como de nacionalidade e de resistência.

Para Lugarinho (2016), a múltipla identidade de Ginga se constrói narrativamente de forma a associar o gênero à identidade nacional. O autor aponta para a necessidade de se perceber que uma análise crítica das construções da personagem Ginga, pode trazer em evidência, a correlação entre os padrões de gênero e os modelos conhecidos de “homem” e

“mulher” angolanos, os quais foram herdados dos portugueses, que foram alinhados a uma nação relativamente recente, e bastante marcada por disputas sangrentas.

Silva e Maia (2020) apontam que a partir desse confronto entre as duas perspectivas (colonial e nacionalista) as quais, embora sejam opostas, reforçam um olhar que associa a perversidade a transgressões de gênero e a sexualidade.

Mata (2014) em sua obra descreveu um panorama parecido ao traçado por Lugarinho (2016), no sentido de dividir as construções da personagem, a rainha Ginga em duas visões, colonial e nacionalista, ambas opostas. Na visão colonial, segundo Mata (2014, p. 23), tem-se um “discurso de desmerecimento dos Africanos”, já na visão nacionalista, segundo Lugarinho (2016, p. 91) a rainha Ginga é descrita como “incansavelmente heroica.

No entanto, Mata (2014) e Lugarinho (2016) apontam também a possibilidade de uma terceira construção, a qual não se tende nem pelo lado da desumanização da rainha Ginga, nem pela sua total idealização heroica. De acordo com Mata (2014), existe uma tendência na literatura angolana, que está sendo caracterizada por uma tensão entre os limites da Ficção e da História, como ocorre, por exemplo, na obra de Agualusa.

Segundo Silva e Maia (2020), essa tendência produz as chamadas “metaficções historiográficas”, que foram teorizadas por Linda Hutcheon, as quais buscam, ao produzir o confronto entre os discursos literários e históricos, uma reflexão a respeito dos alinhamentos políticos, capazes de orientar todo discurso, seja ele real ou “ficcional”. Mata (2014) afirma que esses romances que misturam a ficção com a história, tratam o passado como um material que deve ser revisitado e redescoberto, a partir da narrativa ficcional. Assim, o discurso histórico deixaria de ser somente fonte de informações, e passaria a ser tratado como algo que demanda investigação, análise, desdobramentos e, muitas vezes, ser reconstruído.

Essas obras seriam denominadas de pós-colonial, e estariam na sua capacidade de assumir e de colocar em evidência as contradições do passado. Diante dessa perspectiva, a rainha Ginga não seria um personagem cujas possibilidades de representação estariam limitadas a extremos. Nas palavras de Silva e Maia (2020):

A construção do olhar sobre a Rainha Ginga, em perspectiva pós-colonial, passaria a entendê-la como uma estrategista dentro de um tabuleiro extremamente complexo e muito mais dinâmico do que a representação estanque de “portugueses versus africanos” consegue abarcar. Passa-se a considerar, assim, a presença dos holandeses na região e, ainda, a multiplicidade que é geralmente homogeneizada sob a ideia de “africanos”. (SILVA e MAIA, 2020, p. 171).

Desse modo, Mata (2014) propõe a existência de três abordagens para a construção da personagem e da história da Rainha Ginga: a colonial, que desumaniza Ginga e o povo africano; nacionalista, que traz Ginga como heroína nacional, contudo, deixando de lado seus possíveis defeitos, o que também desumaniza através da idealização do personagem; e, a visão pós-colonial, cuja premissa não assume uma única descrição da personagem, buscando compreender como cada discurso e como a imagem de Ginga é relatada a partir de múltiplas perspectivas, as quais estão ligadas a alinhamentos políticos diferentes.

Uma das narrativas que mais ganhou força em relação à rainha Ginga, foi a de que ela se vestia como um guerreiro para o combate com os seus inimigos, atravessando, assim, uma linha que separava os gêneros masculino e feminino, os quais eram intransponíveis pelos europeus. Só esse fato já lhe dava notoriedade, mas Ginga exerceu o poder em toda a sua extensão segundo os relatos de que ela possuía vários maridos e concubinos a sua disposição. Lugarinho (2016) afirma que a rainha Ginga, pelo que parece, exerceu todo o poder que lhe cabia, seja pela sua vontade ou pelas necessidades de combate, mas ela os exercia, mesmo diante das restrições que os povos Ndongo impunham ao longo dos anos às mulheres.

Para exercer o seu poder, Ginga teve de se vestir como guerreiro e se portar como rei, não como rainha. Ao tomar o poder para si, Ginga atravessou a linha que separava os gêneros masculino e feminino, cujo processo é exaustivamente discutido por antropólogos e historiadores. Ao atravessar essa linha que separa os gêneros, Paredes (2015) aponta que:

A separação entre gênero e sexo providenciou o espaço onde Njinga pôde construir e constituir novas identidades. A transformação de *gênero female to male* poderá ter sido o meio que Njinga encontrou para, numa realidade de agressão militar, se igualar às forças estrangeiras e assim, empoderada por qualidades militares atribuídas aos homens, manter a guerra de resistência contra o invasor português numa base equivalente de confronto, uma guerra onde ambos os contendores articulavam masculinidades dominantes (PAREDES, 2015, p.119).

Num espaço prioritariamente masculino, o protagonismo de Ginga traduz uma exceção. Lugarinho (2016) aponta que se num primeiro momento, o discurso português precisou reforçar as características masculinas de Ginga, a fim de justificarem o inimigo invencível, selvagem e insubmisso, apontando-a como a contraface da ordem e, por outro lado, tem-se o discurso angolano, que a elevou como heroína nacional, mas diminuiu a sua potencialidade e virilidade, abafando as suas singularidades, a fim de homogeneizar um ideal de Estado e de sociedade, em que as narrativas estão muito aquém dos discursos que

potencializa.

Sendo que, somente a partir da sua apropriação pela da cultura pop e pelo feminismo, além dos aparatos oficiais é que a sua história está sendo analisada de um ponto de vista mais atuante e expressivo, sem deixar de lado o seu poder e virilidade feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a traçar um paralelo entre a história e a literatura, apresentando um relato a respeito da rainha Ginga e da virilização do gênero feminino em relação ao poder durante o seu reinado, o qual influenciou nas lutas futuras do povo e da mulher negra.

Nesse sentido, dentro do contexto da independência angolana, que ocorreu na segunda metade do século XX, a rainha Ginga aparece como mulher, heroína nacional, a personificação do ícone da luta anticolonial, sendo aclamada em poesias, romances, no teatro e no cinema. A preservação de sua memória assumiu caráter político e religioso e político, apresentando-se com forte conotação de resistência cultural.

Devido ao seu papel determinante na história do seu país, bem como por ter permitido uma verdadeira revolução sociopolítica e cultural, a rainha Ginga há séculos inspira as mulheres africanas, tanto a sua inteligência, como a sua elegância diplomática e política, e a sua estratégia militar, fizeram-na conhecida em toda a África, como uma mulher excepcional e como uma figura histórica incontornável.

A educação teve uma grande importância para que a rainha Ginga exercesse o seu poder, através de sua inteligência e domínio das línguas, ela pode adaptar-se às mais complexas situações políticas e trabalhar a seu favor. Além de conhecer os povos com quem tinha de negociar, Ginga conhecia sua língua e cultura.

Diante de sua grande habilidade diplomática, a rainha Ginga negociou com portugueses e holandeses, a fim de preservar a integridade do seu reino. Mostrou-se, ainda, com uma grande estrategista de guerra. Pelos colonizadores, Ginga era relatada como uma selvagem, que abria mão de seus dotes femininos, o que quebrava o padrão de gênero a que os europeus estavam acostumados.

Pode-se concluir que, independentemente das versões apresentadas sobre a personagem, a rainha Ginga, a virilidade dela está sempre presente, seja como heroína de seu povo ou como bárbara pela visão dos colonizadores. Até hoje a sua força e poder, bem como os reflexos dos atos da rainha Ginga ainda se encontram muito presente nos dias

atuais, tanto na história de luta do povo negro, como na história e evolução dos direitos das mulheres, sendo que, as mulheres angolanas possuem nos dias atuais uma considerável independência social, elas estão presentes no governo, na polícia, no exército, nos setores públicos e privados da vida e da economia do país, sendo a rainha Ginga, um modelo de liderança, luta e força para as mulheres angolanas de todas as gerações.

REFERÊNCIAS

AGUALUSA, José Eduardo. **A Rainha Ginga** – E de como os africanos inventaram o mundo. Ed.Rio de Janeiro: Foz, 2015.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. 2. ed. São Paulo: atlas, 2011.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 8ª ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 2000.

DA CRUZ, Walter Cristóvão. **GESTÃO DE PESSOAS: UM ESTUDO ACERCA DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL**. **Revista OWL (OWL Journal)**, v. 1, n. 1, p. 14-29, 2023.

GUERRA, A. de L. e R. **METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E ACADÊMICA**. **Revista OWL (OWL Journal)**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8240361. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 17 ago. 2023.

1138

HEYWOOD, Linda M. **Jinga de Angola: A rainha guerreira da África**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Todavia, 2019.

KWONONOKA, Américo. **Autoridade tradicional e as questões da etnicidade em Angola**. Direito e sociedade. Volume I de "Luanda e justiça: pluralismo jurídico numa sociedade em transformação". In: Sociedade e Estado em construção: desafios do direito e da democracia em Angola. Coimbra: Edições Almedina, 2012.

LOZADA, Gisele. NUNES, Karina da Silva. **Metodologia científica**. Revisão técnica: Ane Lise Pereira da Costa Dalcul. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

LUGARINHO, Mário César. **A apoteose da Rainha Ginga: gênero e nação em Angola**. **Cerrados**, Brasília, v. 25, n. 41, p. 88-96, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/25388>. Acesso em 10 jun. 2022.

MATA, Inocência. **Representações da rainha Njinga/Nzinga na literatura angolana**. In: A Rainha Nzinga Mbandi: História, Memória e Mito. MATA, Inocência (Org.). Lisboa: Edições Colibri, 2014.

MENDES, José Manuel O. O desafio das identidades. In: SANTOS, B. S. (Org.). A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2002.

PAREDES, Margarida. **Combater Duas Vezes, Mulheres na Luta Armada em Angola.** Vila do Conde: Editora Verso da História, 2015.

SILVA, Mariana Alves da; MAIA, Helder Thiago. Gênero, sexualidade e nação: a rainha Ginga entre o esquecimento e a invenção do mundo. **Pontos de Interrogação**, v. 10, n. 2, jul.-dez., p. 165-186, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/10844>. Acesso em 10 jun. 2022.

SUNGO, Marino Leopoldo. **Capítulo 5: Angola, caracterização e história de formação do país.** In: Kadila: culturas e ambientes: diálogos Brasil-Angola. Org. de Ilka Boaventura Leite, Cristine Gorski Severo. São Paulo: Blucher, 2016.

UNESCO. **Njinga a Mbande, Rainha do Ndongo e do Matamba.** Série UNESCO Mulheres na História de África. Iniciativa financiada pelo governo da República da Bulgária. Especialista da UNESCO responsável pelo projeto: Sasha Rubel.

Publicado em 2014 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000230931/PDF/230931por.pdf.multi> Acesso em 10 jun. 2022.